

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE DADOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RACIAL

Nicolas Glaser¹

Lisiana Carraro²

Resumo:

O presente trabalho visa atualizar o paradigma da violência contra a mulher face a distinção de raça como elemento exponencial. A muito se debate sobre a violência contra a mulher no Brasil, busca-se mecanismos e aplicações capazes de reduzir os indicadores de violência de gênero no cenário nacional. Entretanto, analisando pesquisas recentes divulgadas por órgãos ligados a proteção da mulher, é possível destacar o crescente aumento no número de casos de violência contra a mulher. Em artigo elaborado anteriormente constatou-se a grande incidência de violência dentro do grupo racial de mulheres negras e esta violência foi evidenciada em um índice crescente, através de dados levantados por órgãos de proteção as mulheres. O objetivo deste presente trabalho é atualizar os dados quanto a situação de violência contra as mulheres negras no Brasil, demonstrar que os números continuam crescendo mesmo diante de políticas públicas específicas para erradicação da violência, bem como evidenciar percepções de mudanças na sociedade atual frente a violência contra a mulher negra.

Palavras-chave: VIOLÊNCIA MULHER NEGRA

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE DADOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RACIAL

¹ Aluno de graduação. nicolasglaser@gmail.com. Autor principal

² Docente. lisiana.carraro@feevale.br. Orientador

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE DADOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO RACIAL

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa atualizar o paradigma da violência contra a mulher face a distinção de raça como elemento exponencial. A muito se debate sobre a violência contra a mulher no Brasil, busca-se mecanismos e aplicações capazes de reduzir os indicadores de violência de gênero no cenário nacional. Entretanto, analisando pesquisas recentes divulgadas por órgãos ligados a proteção da mulher, é possível destacar o crescente aumento no número de casos de violência contra a mulher. Em artigo elaborado anteriormente constatou-se a grande incidência de violência dentro do grupo racial de mulheres negras e esta violência foi evidenciada em um índice crescente, através de dados levantados por órgãos de proteção as mulheres. O objetivo deste presente trabalho é atualizar os dados quanto a situação de violência contra as mulheres negras no Brasil, demonstrar que os números continuam crescendo mesmo diante de políticas públicas específicas para erradicação da violência, bem como evidenciar percepções de mudanças na sociedade atual frente a violência contra a mulher negra.

2 METODOLOGIA

Utilizou-se de pesquisa descritiva, exploratória, procedendo-se uma busca em banco de dados de pesquisas populacionais, pesquisas científicas realizadas por órgão de proteção as mulheres bem como revisão bibliográfica de autores sobre o tema.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

O banco de dados mais atual sobre o assunto é a recente pesquisa divulgada pelo Atlas da Violência – 2018. Segundo o levantamento, o número de homicídios contra mulheres da última década analisada (2006-2016) aumentou 16% (dezesesseis por cento). Somente no último ano estudado, 2015 a 2016, houve um aumento de 0,5% (meio por cento) no número de casos de homicídios contra mulheres. Estes dados demonstram que apesar das políticas implementadas, tais medidas não foram suficientes a frear o crescimento da violência contra a mulher no Brasil. Se faz necessário reforçar a implantação de melhores políticas públicas e opção acessíveis a população feminina para que seja possível coibir este tipo de violência. (ATLAS DA VIOLENCIA, 2018).

A Lei Maria da Penha representou enorme avanço na de atuação pública no enfrentamento à violência contra a mulher, tipificando a violência contra a mulher, definindo e estabelecendo formas da violência doméstica contra a mulher, bem como a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal. Além de estabelecer medidas de assistência e proteção e atendimento humanizado às mulheres e criar mecanismos para coibir a violência e proteger as vítimas mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares. Entretanto, apesar de amplo conhecimento desta legislação por parte da população, sua aplicação ainda é restrita para mulheres socioeconomicamente mais vulneráveis que não possuem amparo legal ou institucional.

Tabela 1: Brasil: número de homicídios de mulheres por UF (2006 a 2016)

	Número de Homicídios de Mulheres											Variação %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016
Brasil	4030	3778	4029	4265	4477	4522	4729	4769	4836	4621	4645	15,3%	0,5%
Acre	15	18	13	16	19	18	16	32	20	19	23	53,3%	21,1%
Alagoas	106	109	83	111	137	138	133	142	125	95	101	-4,7%	6,3%
Amapá	13	12	13	12	16	19	17	19	20	18	17	30,8%	-5,6%
Amazonas	53	52	63	67	65	81	118	96	80	115	116	118,9%	0,9%
Bahia	243	249	315	345	438	449	437	423	385	382	441	81,5%	15,4%
Ceará	134	126	117	138	173	189	219	278	285	254	218	62,7%	-14,2%
Distrito Federal	49	55	64	76	66	79	77	78	60	58	64	30,6%	10,3%
Espírito Santo	183	186	190	216	174	167	163	171	140	141	104	-43,2%	-26,2%
Goiás	143	139	160	165	182	262	247	271	290	255	238	66,4%	-6,7%
Maranhão	67	63	81	87	117	131	114	131	152	148	159	137,3%	7,4%
Mato Grosso	70	95	86	94	80	87	100	91	111	118	104	48,6%	-11,9%
Mato Grosso do Sul	55	67	60	65	76	78	77	75	85	58	80	45,5%	37,9%
Minas Gerais	392	403	377	402	409	457	460	427	403	415	375	-4,3%	-9,6%
Pará	140	144	169	180	231	186	232	231	249	261	294	110,0%	12,6%
Paraíba	62	69	87	98	119	140	137	126	117	111	107	72,6%	-3,6%
Paraná	249	241	306	331	338	283	321	283	284	244	238	-4,4%	-2,5%
Pernambuco	310	290	298	304	247	261	216	256	239	233	282	-9,0%	21,0%
Piauí	32	35	38	31	40	32	46	47	63	67	50	56,3%	-25,4%
Rio de Janeiro	504	416	373	350	339	366	365	387	464	387	428	-15,1%	10,6%
Rio Grande do Norte	42	42	59	57	71	76	64	89	102	92	100	138,1%	8,7%
Rio Grande do Sul	162	193	219	225	227	202	247	210	250	284	308	90,1%	8,5%
Rondônia	51	28	39	51	37	48	51	52	56	63	54	5,9%	-14,3%
Roraima	13	19	15	24	11	10	17	36	24	29	25	92,3%	-13,8%
Santa Catarina	92	70	86	93	110	74	104	102	111	97	107	16,3%	10,3%
São Paulo	788	595	667	660	678	580	640	620	612	559	507	-35,7%	-9,3%
Sergipe	40	34	30	36	43	60	62	56	74	70	60	50,0%	-14,3%
Tocantins	22	28	21	31	34	49	49	40	35	48	45	104,5%	-6,3%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta os indivíduos mulheres da população. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Neste aspecto de crescente violência e homicídio contra as mulheres, as mulheres negras sofrem devido a sua condição econômica e social, tendo mais dificuldades em procurar seus diretos e identificar as espécies de violência sofridas. Segundo o último censo do IBGE (2010), o número de mulheres negras (pretas e pardas) que recebem menos de 1 (um) salário mínimo nacional é 57% (cinquenta e sete por cento) maior que em relação a mulheres brancas que recebem esta mesma faixa. Se comparados os dados das mulheres que recebem até 1/8 de salário mínimo, o número de mulheres negras salta para 198% (cento e noventa e oito por cento) em relação ao número de mulheres brancas que recebem este valor. Este aspecto de vulnerabilidade econômica somado ao racismo institucional vigente no Brasil faz com que as mulheres negras tenham uma vulnerabilidade mais profunda frente a violência doméstica e de gênero. (IBGE, 2010).

Tabela 2: Pessoas residentes em domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita - Brasil – 2010

Sexo e classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (1)	Pessoas residentes em domicílios particulares						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Mulheres	96 919 726	46 998 813	6 853 801	1 142 037	41 502 467	408 808	13 800
Até 1/8	4 973 692	1 209 459	416 124	54 184	3 207 725	84 846	1 354
Mais de 1/8 a 1/4	7 187 947	2 058 445	626 132	77 394	4 359 815	63 716	2 445
Mais de 1/4 a 1/2	18 084 960	6 360 258	1 566 701	195 971	9 877 520	80 963	3 548
Mais de 1/2 a 1	26 730 560	12 235 408	2 119 142	283 925	12 021 350	69 079	1 656
Mais de 1 a 2	20 443 244	12 004 328	1 259 554	227 252	6 917 104	34 205	801
Mais de 2 a 3	6 581 941	4 461 374	308 871	89 266	1 712 827	9 441	161
Mais de 3 a 5	4 840 010	3 555 944	176 085	78 922	1 023 091	5 703	266
Mais de 5 a 10	3 131 987	2 462 506	80 343	61 489	524 468	3 018	164
Mais de 10	1 407 741	1 176 411	23 882	28 940	177 225	1 172	111
Sem rendimento (2)	3 537 643	1 474 681	276 968	44 693	1 681 340	56 667	3 293

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Exclui as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive as pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita somente em benefícios.

Além da violência de gênero este subgrupo de mulheres é duplamente mais afetado nas estatísticas de violência. A violência contra as mulheres negras sempre alcançou patamares maiores em relação as não negras. Estes aspectos demonstraram que a violência doméstica contra mulheres, neste caso tendo um olhar especial para as mulheres negras, expressam as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, da cultura do machismo e do patriarcado ainda presentes na nossa sociedade, mas também se relacionam com as opressões de raça, classe social, identidade de gênero e demais discriminações e intolerâncias. (CARNEIRO, 2003).

As barreiras construídas pelo racismo e pela pobreza fazem com que mulheres negras vivenciem em sua rotina múltiplas formas de violências e estresses pela reificação de estereótipos, sofrendo maior exposição violência e problemas socioeconômicos.

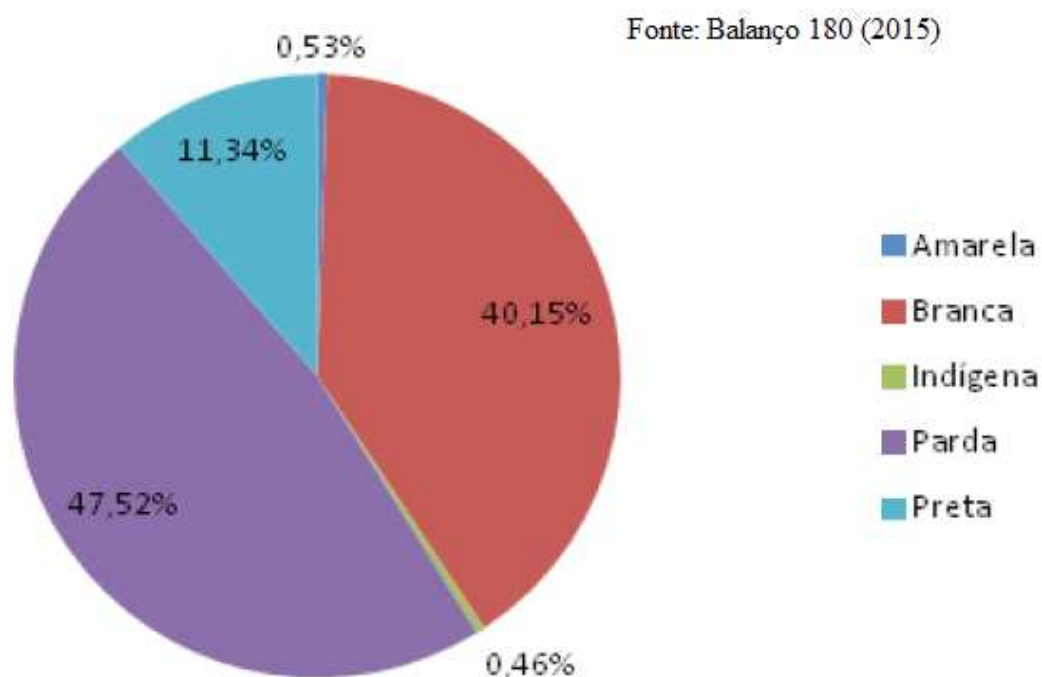
Através da análise destes dados, aliado ao debate sobre a necessidade de novas formas de enfrentamento à violência racial, que impacta no valor da vida de mulheres negras, é necessário entender os conceitos e aspectos da violência sofrida por este grupo racial.

A violência contra as mulheres é uma questão transnacional e de múltiplas facetas a ser tratada devidamente pelo estado e prevenida na sociedade, porém, ainda hoje, conta-se hoje, com poucas possibilidades de análise deste fenômeno. Isto ocorre devido às dificuldades de se encontrar fontes de informações sistematizadas e nacionais sobre as ocorrências, sobretudo, que contenham detalhamento por sexo, raça/cor e informem os moldes desta violência – tipo de agressor, local, meio e motivo. Tais dados são essenciais para produção de políticas públicas voltadas a atender a demais específicas de grupos vulneráveis como as mulheres negras. (ROMIO, 2013)

Além de informações disponíveis sobre a violência de gênero e racial, Zaluar aponta um importante aspecto deste quadro: “mesmo que realizado por questionários aplicados nos locais de residência das vítimas, com todos os cuidados sobre confidencialidade e a independência de quem o faz, livre de pressões de outros moradores do mesmo local, depende da percepção que a vítima tem do que seja a agressão”. Neste aspecto o conhecimento e a difusão dos direitos fazem toda a diferença para a elaboração de políticas públicas voltadas a este tema. A vulnerabilidade socioeconômica das mulheres negras acaba por coibir o alcance do conhecimento necessário para identificar os tipos de violência e buscar as ferramentas necessárias para pôr fim a esta condição. (ZALUAR, 2009)

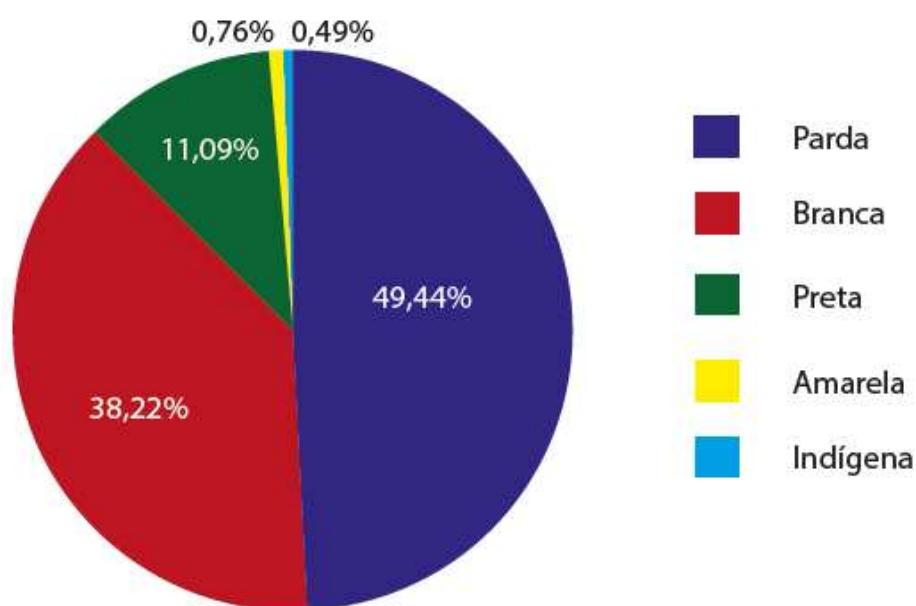
Um dado de extrema importância para quantificação e demonstração de como a questão racial influencia os índices como um fator exponencial para a violência contra as mulheres é apresentado no Balanço 180, serviço oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério dos Direitos Humanos criado para receber denúncias de violências contra mulheres. Nesta pesquisa é possível perceber a incidência maior de violência no grupo de mulheres negras. Em levantamento realizado em 2015 pelo Balanço 180, as mulheres negras (pretas e pardas) representaram 58,86% (cinquenta e oito por cento) dos atendimentos envolvendo algum tipo de violência.

Gráfico 1: Raça da Vítima – Balanço 180, 2015.



No último levantamento realizado em 2016 esta realidade se agravou. Em nova pesquisa realizada 60,53% (sessenta, cinquenta e três por cento) das mulheres vítimas de algum tipo de violência eram negras, frente a 38,22% (trinta e oito, vinte e dois por cento) de mulheres brancas.

Gráfico 2: Raça da Vítima – Balanço 180, 2016



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180/SPM
2016

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destes dados, comparados com o quadro da evolução histórica da violência contra as mulheres, demonstram que o estado, por meio das políticas públicas, não tem conseguido coibir a violência doméstica e familiar, especialmente, no âmbito das mulheres negras. Apesar dos movimentos feministas lutarem pela elaboração de políticas afim de diminuir a violência de gênero, é preciso um olhar para além do gênero, levando em consideração a realidade e demandas de grupos específicos como as mulheres negras frente a sua vulnerabilidade acentuada provoca por questões raciais e socioeconômicas presentes na sociedade. O próximo passo da pesquisa é identificar quais os tipos de violências sofridas pelas mulheres negras e qual a sua percepção de violência doméstica dentro do núcleo familiar e social em que se encontram.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>>.

CERQUEIRA, Daniel...[et al.]. Atlas da Violência 2018. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf>.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, Mariana Mazzini... [et al.] (Org.) Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS. Balanço 2015 Uma década de Conquistas! Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – SCES. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>>.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS. Balanço 2016. Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – SCES. 2016. Disponível em: <https://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Balanco-Anual-180_2016.pdf>.

ZALUAR, A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. Revista brasileira de ciências sociais, v. 24, n. 71, out. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n71/v24n71a02.pdf>.